

do por fraudes de toda a natureza, que nós começamos esta experiência pela esfera geral. A própria Justiça Eleitoral, verificando a maneira por que se comportava este leitorado novo de analfabetos, poderia, por uma simples decisão da própria Justiça ou por uma lei do Congresso, estender este voto, sucessivamente, à esfera estadual e à esfera nacional. E quanto à outra parte, nobre Deputado, que é aquela dos que acham que o problema é alfabetizar em vez de dar voto ao analfabeto, devo dizer a V. Exa. que defendendo, dentro do meu Partido, a tese dupla: precisamos estender a este homem o direito de voto, mas precisamos interessá-lo de fato para que seja alfabetizado, para que possa exercer na integridade o seu dever cívico de votar e ser votado e, sendo votado, não se torne instrumento cego dos maus conselhos dos que sabem ler e escrever. E gostaria de dizer, nobre Deputado, que no meu afã de melhorar a situação desta massa, porque sou um pobre sertanejo que saiu dela no interior do Nordeste.

O SR. ALMINO AFONSO — O décimo oitavo filho de uma família pobre.

O Sr. Juarez Távora... — O décimo oitavo filho de uma família pobre — desejaria que dessemos, obrigatoriamente, além dessa alfabetização, que está empenhado em dar a uma massa enorme de analfabetos adultos o Ministério da Educação, uma educação profissional, elementar. Não é o saber ler e escrever que vai prover as necessidades da família do pobre; é o aprendizado de um ofício rural ou urbano. Então, acho que devemos fazer um esforço supremo para que o Orçamento da República possa alfabetizar todos os homens do Brasil, mas, ao lado dessa alfabetização, obrigatoriamente, propiciar formação profissional como sapateiro, correio, carpinteiro nas cidades ou simples plantador de alguma espécie de produção agrícola nos campos ou criador, que o torne apto, ao lado do aprendizado de letras, a prover uma pouco melhor as necessidades de sua família. Muito obrigado pela atenção.

O SR. ALMINO AFONSO — Obrigado, nobre Deputado Juarez Távora. Estou mais uma vez agradecido à interferência de V. Exa.

Entendo que meus companheiros de partido andarão com acerto se dialogarem com V. Exa. sobre o texto de sua emenda, como acredito que Vossa Excelência será sensível às ponderações deles, de modo que possamos atingir um texto comum.

O que se reclama nesta Casa é a superação do impasse; e não encastelar-se no debate político dos que desejam o máximo e não aceitam um avanço; ou a pretexto de sustentar uma posição política, fazer na prática a defesa pura e simples da manutenção de privilégios sociais; ou ainda para não ferir a dignidade do Congresso, na verdade firmam a intangibilidade do *statu quo*.

Se temos nesta Casa, sobretudo os que têm liderança política e vozes de serem ouvidas, pudessem neste instante conjugar esforços, daríamos ao País não apenas a legislação que se reclama em nome do seu próprio desenvolvimento, mas principalmente a demonstração maior do que esta Casa é coerente com seu tempo e não dele desvinculada, como muitas vezes nos parece ser.

O Sr. Fernando Santana — Nobre Deputado, nesta altura do discurso de V. Exa., gostaríamos de indagar da Casa se existe em qualquer continente, qualquer país subdesenvolvido, de latifundiários, de privilegiados, que consiga educar seu povo, dar-lhe saúde e bem-estar. A ignorância, a moléstia e a fome são consequência di-

reta do subdesenvolvimento. Só os grandes, só os poderosos, só os ricos educam e dão saúde. Então, a nosso ver, o caminho inicial que devemos palmilhar é sobretudo o de abrir estradas para o enriquecimento do País, porque, sem esse enriquecimento, ficaremos sonhando com a alfabetização, com a saúde e com a cultura, sonhando eternamente, nobre Deputado! Daí a necessidade de iniciarmos o processo de enriquecimento através da reforma agrária, que é o caminho de elevar os níveis de vida dessa população. É esse caminho, Sr. Deputado, não é apenas aquele a que Vossa Excelência há pouco se referiu, lembrando o Japão e Cuba. Mais recentemente o Congresso de um país também de latifundiários, de uma oligarquia das mais sedimentares da América Latina — votou uma reforma constitucional, permitindo a desapropriação para fins de reforma agrária ao prazo de 15 a 20 anos, em títulos da dívida pública, vencendo juros de 5 a 6%. Ora, Sr. Deputado, eis aí um caminho que devemos abrir imediatamente, se realmente queremos alfabetizar o povo brasileiro. Ninguém alfabetiza, ninguém dá cultura, ninguém dá saúde na pobreza e na miséria.

O SR. ALMINO AFONSO — Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, é claro que as palavras do Deputado Fernando Santana, são exatamente a postulação de todo um ideário que temos defendido nesta Casa e fora daqui nestes últimos anos. S. Exa. dá ênfase à reforma agrária, como sendo a condicionante do próprio desenvolvimento econômico do País. Ela é também, como ele mesmo assinalou, a abertura para as perspectivas melhores no plano da saúde e no da educação porque o Estado, fortalecido economicamente, rejuvenescido, terá condições de enfrentar esses problemas básicos da nossa gente.

O Sr. Cid Carvalho — Nobre Deputado Almino Afonso, ouvindo as palavras de V. Exa., recordo-me de situação equivalente, quando neste País, através de memórias, inicialmente pequenas, começou também a ser levantado o problema do petróleo.

V. Exa. e a Casa inteira não de se recordar de que também naquela época as mesmas acusações pesavam sobre aqueles que buscavam colocar na pauta problema tão fundamental para a vida da Nação. Estudantes, operários, intelectuais, foram presos, tiveram de enfrentar reações brutais para que o problema fosse ganhando dimensão. Só exatamente quando a Nação amadureceu para ele é que foi colocado diante do Congresso, como uma alternativa que tinha de ser enfrentada. E V. Exa. e a Casa inteira devem-se lembrar de que naquele momento, depois de uma processo brutal de "conscientização", o Congresso de fato cumpriu o seu dever. A União Democrática Nacional foi um dos partidos que colaboraram nos trabalhos que geraram a Lei da Petrobrás. Ora, Deputado Almino Afonso, neste momento em que esses temas também tão fundamentais afloram pela Nação inteira e começam a colocar-nos diante deles, naquela mesma opção, eu quero aplaudir V. Exa. pelo seu modo sereno de colocação desses problemas, pela convocação geral de todos nós, parlamentares, porque sabemos que é exatamente com esta Casa aberta, que é exatamente dentro das garantias constitucionais que essa luta pelo amadurecimento da Nação pode ganhar mais ímpeto e, consequentemente as soluções nacionais ser atingidas. Espero que, através da palavra autorizada e serena de V. Ex. pelas reações que aqui estou encontrando, esta Casa não coloque o debate nacional em torno de *á* ou *ô*, mas, sim, de sua responsabilidade pe-

rante a Nação e que nós comecemos, isentamente, mas enfrentando, aceitando o desafio que nos é imposto, a colocar, não na pauta da Nação apenas, mas na pauta dos nossos trabalhos essas leis que a Nação está exigindo de nós.

O SR. ALMINO AFONSO — Agradeço a V. Exa., sobretudo quando interpreta com acerto o objetivo de minha intervenção na tribuna nesta tarde. Assinalo, quando a ela assomou, que queria que a minha palavra pudesse ser serena, sobretudo para que pudesse ser ouvida por todas as correntes partidárias.

Sr. Presidente, ainda há pouco Monsenhor Arruda Câmara, apartando-me interpelava, porque o Sr. Presidente da República, no comando das forças partidárias que o apoiam limitando-se a essa ação no Palácio da Alvorada, não obtem as reformas que defende, que pleiteia, pelas quais propugna.

Sr. Presidente, será que todos não sentimos com absoluta clareza que o debate não se está travando em torno de limites estritamente partidários? Não são os partidos políticos os que se defrontam neste instante. Os que se defrontam realmente são, de um lado, os que querem dar ao País as reformas de estruturas que ele reclama, e, de outro, os que, conscientemente, estão criando obstáculos a que se chegue a esse objetivo. (Palmas). O que, Sr. Presidente, se poderia e se deveria reclamar de cada um de nós é a ação, acima dos partidos, de modo a que nós pudessemos atuar com a delegação específica que o povo nos outorgou nas urnas. Não nos limites partidários estreitos, com os interesses sucessórios a tumultuar a ação política, mas, ao contrário, com a consciência política das tarefas que pesam sobre os nossos ombros e com a compreensão de que se a minha palavra neste instante é serena, ou se muitos dos nobres colegas podem assomar à tribuna com igual serenidade, ou se é tranqüilo o Parlamento neste momento, nem por isso é possível que nós cequeamos de que há fora a realidade social se agita, e as estruturas não comportam mais o desenvolvimento econômico na medida em que se exige! Nestes dois últimos anos nós já começamos a verificar a queda do aumento do produto bruto nacional, que este ano provavelmente ainda se reduzirá mais, e que tudo isto inevitavelmente nos levará a um tempo em que então a palavra serena será inútil, porque será sobretudo tardia.

Sr. Presidente, se um homem das novas gerações pode calar o ímpeto natural até mesmo do resto de juventude que nele possa existir; se um homem das novas gerações pode, numa hora em que é tão fácil usar a palavra mais radical, porque mais aplaudida sobretudo pelas grandes massas, se pode calar este ímpeto ao vir à tribuna do Parlamento para esta convocação, eu pergunto por que os mais velhos, por que os mais responsáveis por que os mais antigos na luta política, por que aqueles que nos deveriam dar o exemplo melhor não tomam a tarefa política de impedir que o Congresso Nacional se suicide devido do apelo popular, desmerecendo-se na opinião pública e se apresentando na realidade das realidades como uma cidadela da reação, como se já não fôssemos mesmo o legítimo intérprete do povo? (Palmas prolongadas). Sr. Presidente! Porque entendo que esta convocação, que hoje é legítima e é válida, historicamente, terá um prazo. Não é o prazo do ultimato, não é o prazo que vexe; não é o prazo que quebra a dignidade do Congresso Nacional. É o prazo dos reclamos sociais, é o prazo das necessidades históricas, é o prazo das exigências econômicas.

O Sr. Fernando Santana — Era o que eu ia dizer.

O SR. ALMINO AFONSO — Se estes reclamos não for atendido em tempo hábil, é evidente que o impasse nos levará à ruptura. E eu entendo que se um dado instante ficar muito perante a Nação que S. Exa. o Sr. Presidente da República advoga formulação, teses, proposições que têm inequívoca sustentação popular, de outro lado o Congresso, pela sua grande maioria, advoga teses adversas, contrárias e que me parecem não serem neste instante a sustentação do povo, só restará, de maneira inevitável, a País, como solução pacífica para a crise brasileira, nós irmos, como diz o Sr. Presidente da República na própria Mensagem, à fonte do poder e pedir que o povo diga por nós o que devemos fazer, já que não tivemos a sensibilidade de interpretá-lo. Em outras palavras, Sr. Presidente, o plebiscito, que para muitos parece inviável, se esta Casa em tempo tão hábil não tiver consciência para adotar as medidas que a Nação reclama, há de ser talvez um dos derradeiros recursos com que contaremos para que possamos tranqüilamente, desaguar uma noite comum e sereno, as águas que, neste instante revoltas, ameaçam derubar as próprias Instituições (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado).

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ALMINO AFONSO NA SESSÃO VESPERTINA DE 22 DE AGOSTO DE 1963 E QUE ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERIA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. ALMINO AFONSO: Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Casa ontem viveu um dia de grandes preocupações, embora somente a elas se expressassem com maior liberdade através da palavra do ilustre líder da UDN Deputado Adauto Cardoso. Recordemos a inquietação quanto nos quiseram transmitir. Não via a liderança de meu Partido, nas mãos do nobre Deputado Bocaueva Cunha, razão mais forte para que viessemos, oficialmente, dizer uma palavra de tranqüilidade. A atarida notadamente, ganhou tais dimensões que se transformou num fato político. A minha presença na tribuna por delegação do Líder, é a reafirmação enfática que o Partido Trabalhista Brasileiro faz em defesa do regime democrático, que a rigor só está ameaçado para quem não tem a isenção bastante para enxergar melhor ou tem uma visão distorcida da realidade nacional. Desde logo, quero ressaltar que estamos a 22 de agosto. Há mais da metade do mês que os acontecimentos políticos marcaram com o sinete da tragédia. O mês está quase a findar e ninguém poderá dizer que foi quebrada a tranqüilidade institucional. Há de ser, porém, a evocação de fatos que ferem a consciência de muitos, acordando remorsos, o que justifica a eis há de que agosto seja o mês aziago. Não faz muito, o Governador da Guanabara Carlos Lacerda, em grande estardalhaço inquietando o País, tentava intimidar o Sr. Presidente da República anunciando-lhe que agosto estava a despontar... A bem da verdade, a vinculação maior que existe não é de agosto com as tragédias; mas do Governador Carlos Lacerda com o mês de agosto. Se remontarmos no tempo vamos encontrá-lo, há dez anos, comandando a mais odienta campanha que já se promoveu contra um homem público neste País, e tanto cealunhou e tanto feriu, que, no meio de uma crise política sem precedente, Vargas amou contra si próprio o braço da tragédia fazendo-se o estruário das paixões e poupano a nação de dias sangrentos. Nesta hora em

que alguns, sobressaltados, indagam se em verdade agosto é maisnudo, que figura emerge do passado senão a do Governador Carlos Lacerda, deflagrando a crise que resultou na renúncia do Presidente Jânio Quadros? Bem lembrados os fatos, o episódio teve pouco de tragédia; foi mais uma ópera bufa. Recordam-se todos? A convicção do Presidente da República viera a Brasília o tráfego e falacioso Governador. Na agenda do encontro atulhavam-se problemas da internacional, sobretudo a política internacional que se convencionou chamar de independente. Com todas as honras de estilo, o Sr. Carlos Lacerda era hóspede no Palácio da Alvorada. Como se passaram as conversações, não sei; o que todos sabemos é que, ao retornar à noite, o desventurado hóspede encontrou a própria mala na guarda do Palácio. O Presidente Jânio Quadros, que em traquinagens não perde para muitos, havia simplesmente despejado o Governador da Guanabara! Deflagra-se a "crise da mala"...

O Sr. Adauto Cardoso — A primeira crise da mala.

O SR. ALMINO AFONSO — Raia os limites da anedota, mas o certo é que, ferido em seus bríos, as costas curvadas ao peso da mala, o Governador Lacerda, em violenta entrevista concedida às televisões do Rio, denunciou a trama que o Ministro da Justiça Pedroso Floria urdia, em nome do Sr. Jânio Quadros, contra o regime democrático. Não tenho dúvidas de que o Sr. Carlos Lacerda era parte na conspiração; para-a, no entanto, para vincular-se do hospedeiro. Agora, a pretensão de preservar a ordem pública, agride o Presidente João Coubeir, inquietando a nação, entendendo na concentração popular que amanhã se fará no Rio, em memória do Presidente Vargas, a senha da conspiração contra si próprio. Mas, então, a presença do povo nas ruas o espanta tanto assim? E os atos de sua administração, e a sua probidade que ele próprio tanto festeja, e a fidelidade de sua polícia militar, nada dizem de sua tranquilidade? Nenhuma esperança lhe dá de merecer o respeito do povo?

O Sr. Pedro Aleixo — V. Ex.^a acentua bem a cisma do Sr. Governador Carlos Lacerda com o mês de agosto. E lembro, V. Ex.^a que, tempos passados, esse mês de agosto foi marcado por uma tragédia que, por ser trágica, só é deplorável. Recorde a V. Ex.^a que também o Governador Carlos Lacerda tem bem presente uma outra tragédia, tão deplorável quanto a outra recordada por V. Ex.^a. E que, no mês de agosto, tornou vítima de si mesmos o Major Rubens Florentino Vaz. E o Governador Carlos Lacerda, então, só por ventura não poderia estar pensando no alvo dos tiros contra ele quando os tiros...

O SR. ALMINO AFONSO — A plenitude do regime democrático deu a respeito a liberdade a que V. Ex.^a alude; os parágrafos foram às barras do Tribunal, que fez de um condão adequado. O que V. Ex.^a, evidentemente, não recorda no seu aparte, é que por detrás das duas tragédias — a que atingiu o Presidente Vargas e a que abateu um oficial da dita contra o povo, do muito maior significado; a que não aflorou, a que não veio à tona, a que morreu nos subterrâneos da crise de 24 de agosto, e que consistia na derrubada do monopólio estatal do petróleo (palmis) entregando-se à iniciativa privada, vale dizer aos trustes do petróleo, a exploração das jazidas e o refino do óleo! Eis o que V. Ex.^a silencia; nos bastidores da campanha moralista, que o Sr. Carlos Lacerda arrogante desfraldava, estavam os interesses das forças mais retrógradas, consciente ou inconscientemente fazendo o jogo da

Standard Oil, prontos para golpearem a "Petrobrás", a grande conquista que opovo havia obtido em memorável campanha e pela qual muitos pagaram nas prisões.

O Sr. Adauto Cardoso — Se V. Ex.^a está fazendo obra de justiça, deve lembrar que foi o Partido do Governador Carlos Lacerda aquele que promoveu a instituição do monopólio estatal. Esta é uma verdade que V. Ex.^a, certamente, não deixará de reconhecer.

O SR. ALMINO AFONSO — Reconheço-a, sem dúvida. Não sei, porém, se a União Democrática Nacional terá tido pela causa que abraçou em determinação instante a mesma fidelidade, como a temos tido com intransigência. De qualquer modo, é verdade histórica a participação de V. Ex.^a...

O Sr. Adauto Cardoso — Minha não, do meu Partido.

O SR. ALMINO AFONSO — E que V. Ex.^a expressa, em síntese, o pensamento da UDN. Já o mesmo não poderel dizer do Sr. Carlos Lacerda. E essa distinção se impõe em homenagem à combativa bandeira que V. Ex.^a lidera. Não há como confundir a UDN que, pela sua íntima maioria, é fiel às instituições democráticas, e o Sr. Carlos Lacerda, o mais contumaz dos golpistas; e menos ainda é aceitável vincular a participação da UDN na formulação do monopólio estatal do petróleo com a ação delatada do Sr. Carlos Lacerda. Seja verdadeiro e V. Ex.^a não silenciara: contrariando os interesses nacionais o Sr. Carlos Lacerda tem sido o mais sentiente adversário da "Petrobrás"; e tem sido a voz mais alta do golpismo no Brasil. Nos idos de 1955, não satisfeito com a tragédia de 21 de agosto, o Sr. Carlos Lacerda desencadeava nova campanha contra as instituições, visando privar o Sr. Juscelino Kubitschek do seu direito de ser candidato à Presidência da República e, depois, quando as urnas já o haviam consagrado, tentando impedir-lhe a posse. Era ostensivo o seu pregão. Era um regime de emergência o que pleiteava e em cujos objetivos incluía com absoluta clareza, a supressão do monopólio estatal do petróleo.

O Sr. Pedro Aleixo — V. Ex.^a sabe que é com grande pesar que interrompo as suas considerações, porque prefiro ouvi-las a interrompê-las. No entanto, certo sempre do espírito de justiça de V. Ex.^a, não desistaria jamais de este discurso pudesse se concluir que quem mandou o Major Ruben Florentino Vaz foi alguém que estava a serviço daqueles que pretendiam que a "Petrobrás" saísse do regime para o qual, naturalmente, como V. Ex.^a reconhece, contribuiu a iniciativa da UDN. Não vejo como ligar os tiros desfechados contra o Major Ruben Florentino Vaz com aqueles que defenderam o monopólio estatal do petróleo.

O SR. ALMINO AFONSO — Mas vejo como ligar a morte de Vargas a tentativa de supressão da "Petrobrás". Se a hipótese que V. Ex.^a levanta é inverossímil, a que formulou se erige em verdade, tal a veemência dos elementos circunstanciais. Basta reler as declarações do Presidente Café Filho e determinados comentários da imprensa internacional, à época, bem como o programa do regime de emergência proposto pelo Governador Carlos Lacerda, que golpeava a "Petrobrás", para que aflore, do mundo subterrâneo da trama, o nexo da causa e efeito da crise que se forjou contra o Governo de Getúlio Vargas.

O Sr. Pedro Aleixo — Mas V. Ex.^a não negará que o Presidente Getúlio Vargas, defendendo um programa de

nacionalização, preferiria por certo dar a sua vida em defesa desse programa, a suprimir ele próprio a própria vida.

O SR. ALMINO AFONSO — V. Ex.^a aborda um programa tão íntimo, discute uma opção de natureza tão emocional, tão complexo na sua subjetividade, que realmente escaparia de nossa capacidade qualquer apreciação sobre o gesto extremo que levou o Presidente Vargas à morte. (Muito bem).

O jornalista Matos Pimenta, logo após a morte de Vargas, escreveu um artigo verdadeiramente revelador e que releio agora no "O Jornal de Debates". Transcrevendo trechos de comentários da imprensa internacional, ressaltando o quanto os trustes do petróleo viam na ascensão do Presidente Café Filho o instante azado para que se suprimisse o monopólio estatal do petróleo, o artigo de Matos Pimenta é contributivo definitiva para a história daqueles tumultuosos dias da vida brasileira.

"Forças Armadas, Petrobrás e Standard Oil"

"Vamos diretos aos fatos e aos documentos. Em 24 de agosto de 1954 as Forças Armadas levaram o presidente Vargas a afastar-se do governo, tendo este, ao suicidar-se, deixado uma carta em que atribua sua deposição à "campanha subterrânea dos grupos internacionais", acrescentando: "Quis citar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa a funcionar, a onza de agitação se avoluma". "Se as aves da rapina querem o sangue de alguém, que em continuar agitando o povo brasileiro, eu ofereço em homenagem a minha vida". Que tinha, porém, que ver a Petrobrás com a deposição do Presidente? Sentia e duas horas depois, em 27 de agosto, o "Wall Street Journal" — autorizado pela voz do truste estrangeiro — declarava: "Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica, no Brasil". (Telegrama da primeira página do "Diário de Notícias", do Rio, de 28 de agosto). Doze dias volvidos em 8 de setembro, chegava ao Rio o subsecretário de Estado norte-americano, Holland, tendo o "New York Times", que é jornal de maior projeção nos Estados Unidos, declarado: "A chegada amanhã ao Rio de Janeiro de Henry Holland, subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, não pode ser mais oportuna". E acrescentava, em tom imperativo: "O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas do ex-tito presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer-se que se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderia transformar-se". E assim terminava, o artigo do "New York Times": "Dificilmente poderia o novo governo do Presidente Café Filho mudar abruptamente de política num momento de fermentação nacionalista e tensão interna, mas pode-se ter esperança para o futuro". (Telegrama da terceira página do "Correio da Manhã", de 8 de setembro). Em seguida, o "Financial Times", de Londres, que é dos mais categorizados jornais do mundo, escrevia: "É evidente que se o atual governo do presidente Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos-de-vista, o Brasil abrirá suas portas ao capital estrangeiro mesmo para a exploração dos recursos petrolíferos". E acrescentava o jornal londrino: "Mas parece também evidente que a pressão americana no caso do petróleo aumentou". (Telegrama da primeira página do "Jornal do Co-

mércio" de 8 de outubro). Segundo, portanto, o testemunho do "Wall Street Journal", do "New York Times" e do "Financial Times", a deposição de Vargas abriu o caminho para a revogação da Petrobrás e a entrega do nosso petróleo ao truste estrangeiro, vale dizer, à Standard Oil. — Eis o principal tópico do artigo de Matos Pimenta, publicado no "Jornal de Debates", de 26 de agosto de 1955, editado em São Paulo.

Ora, Srs. Deputados, a 26 de novembro de 1955, o Presidente Café Filho, em entrevista concedida à "Tribuna da Imprensa", confessava: "Pude resistir à pressão dos interessados em dois pontos fundamentais; não evoguei o salário mínimo, nem entreguei a Petrobrás". Pode haver um conjunto de elementos circunstanciais mais ricos do que este, evidenciando a natureza reacionária e anti-nacional que estava no cerne da campanha desencadeada contra Vargas? As forças ocultas, afinal, não são tão ocultas assim; nas raízes do movimento capitaneado pelo Sr. Carlos Lacerda, ostensivamente contra a corrupção, estavam os trustes internacionais informados com a solução nacionalista que haviamos dado na política petrolífera e que está alicerçando a grandeza deste País.

O Sr. Pedro Aleixo — V. Ex.^a acaba de abrir, nesta Casa, o esudo de um dos capítulos mais interessantes da História brasileira. Eu já havia lido muito a propósito do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. E mesmo um trabalho que, por certo, é do conhecimento de V. Ex.^a, do Professor Napoleão Teixeira, da Universidade de Curitiba. E referências ao suicídio de Balmaceda ligado ao suicídio do Presidente Vargas, mas não conhecida, ainda, a interpretação que V. Ex.^a está dando e considero, realmente, é nos obriga a uma melhor pesquisa a propósito do delirioso assunto. Admito mesmo, e V. Ex.^a, também, que tenha havido a influência de fatores subjetivos para o procedimento de Getúlio Vargas, tanto mais quanto V. Ex.^a, com a exatidão científica que está emprestando ao seu discurso, recorda que houve pressões também sobre o Presidente Café Filho. Mas, enquanto o Presidente Café Filho denunciava essas pressões e até se gloriava de haver resistido a elas, desgraçadamente o Presidente Getúlio Vargas resolveu suicidar-se.

O SR. ALMINO AFONSO — V. Ex.^a, ainda uma vez se detém na análise de uma decisão profundamente subjetiva, que me nego a discutir. Mas, é irrecusável que, do ponto de vista histórico, a morte do Presidente Vargas, desencadeou um verdadeiro impacto emocional, acordando reações adormecidas na opinião pública, e que resultou na frutificação dos objetivos do movimento. E bom não esquecer que, ao lado dos aspectos emocionais da tragédia, houve a denúncia da Carta Testamento, tremendo libelo que marcou em bases o esclarecido reacionário da campanha travada contra o Governo. E correto, portanto, concluir que a morte trágica de Vargas, fustigando elementos de natureza emocional e de natureza política, impeliu que a obra do 24 de agosto se concretizasse. E tanto isso é exato que, ao longo de um ano, o Sr. Carlos Lacerda, incansavelmente, todos os dias, em artigos publicados na "Tribuna da Imprensa", outra coisa não fez senão reclamar dos chefes militares que dessem consequência ao 24 de agosto. Recordo-me de haver lido os mals duros, senão os mais injustos ataques ao Marechal Juarez Távora, figura de proa daquele movimento, escritos pela pena irreverente do Sr. Carlos Lacerda. A tônica era sempre a mesma: o 24 de agosto não podia parar a meio caminho; impunha-se levá-lo até às últimas consequências, impunha-se mantê-lo fiel à sua raiz, Te-

inho como certo, assim, que o gesto extremo do Presidente Vargas, de uma violência dramática, impressionante, frustrou os verdadeiros objetivos que animaram a reação golpista. Sem embargo, muitas vezes tenho pensado comigo mesmo; quem sabe se o Presidente Vargas, em vez da opção trágica que adotou, houvesse considerado os trabalhadores a resistência; em vez da Carta Testemunho, houvesse denunciado perante a Nação os exploradores do povo e desnudado, com absoluta clareza, o caráter reacionário da campanha que lhe moviam, assumindo o comando das forças populares, quem sabe se outras não seriam as páginas da História que estaríamos a virar? Sei que decaio não mais puro idealismo, substituindo os elementos da realidade pelos meus desejos. Volto ao leito das considerações que estava fazendo. O Sr. Governador Carlos Lacerda, em artigo publicado na "Tribuna da Imprensa", em setembro de 1955, estabelece o roteiro do regime de exceção que pregava e nos permite compreender sem meias tintas, o sentido reacionário e anti-nacional das forças que se levantaram contra Vargas. Passo a ler o tópico relativo à política petrolífera, para que não digam que a minha imaginação é mais fértil do que a verdade: "Item 10 — Revisão da política em relação ao petróleo, pela adoção do Estatuto do Petróleo, sem prejuízo de todos os recursos, que devem ser intensificados, pelo êxito da Petrobrás. Mas, dentro da lei e sob fiscalização da autoridade, liberdade de pesquisa do petróleo mediante concessões reguladas na forma do projeto do Estatuto. É claro que, neste ponto, haverá grieta. O país está paralisado pela demagogia e pelo medo. Mas, a moço ver, é esta a única maneira honesta, sincera e eficaz de obter divisas para o Brasil, desenvolver o transporte e dar sentido orgânico e positivo ao surto industrial do País; além de ser, afinal, o meio adequado para que o Brasil tenha petróleo em tempo útil".

Sr. Presidente, eis, a crônica verdadeira daquele movimento. Não fiz porém a retrospectiva desses fatos pelo gosto de fazer história. Pelo contrário, reporto-me a eles para extrair as lições que eles encerram e de que precisamos para os dias de Jure que estamos vivendo. Estou convencido de que, no amago do 24 de agosto, estava em golpe de estado de natureza reacionária e que, em termos econômicos, ele, objetivava, a entrega do petróleo aos grandes grupos internacionais. Todavia, nenhuma das duas coisas ocorreu. A morte do Presidente Vargas, sacudindo emocionalmente o povo em todos os rincões deste País, impediu que se instaurasse um regime discricionário; nem foi possível, a despeito da pregação do Sr. Carlos Lacerda, acolitado por figuras de nossas Forças Armadas, golpear o monopólio estatal do petróleo. E antes que 1955 houvesse terminado, era o próprio Presidente Café Filho que confessava haver resistido às pressões que se armaram contra a "Petrobrás". Por que não foi possível? Porque o povo estava presente no processo político brasileiro. Esse é o dado novo da realidade brasileira. De forma que, quando todo conhecimento da inquietação de homens públicos, rebeldes de um golpe de estado, que estaria sendo tramado, em os veios tão divorciados do povo que não compreendem como os usam querer representá-lo nesta Casa! Porque a verdade é que, a despeito do Congresso Nacional, há um povo desperto e que já não aceitará, em nenhum instante, que o seu avanço seja freado, que as suas conquistas sejam anuladas! Hei de dizer muitas vezes antes que me canse de fazê-lo: o povo não abrirá mão das liberdades públicas sem reagir. Não são os homens da União Democrática Nacional os mais zelosos pela sobrevivência democrática. Por

mais que a defendamos, nós do Partido Trabalhista, não somos nós os que nos destacamos em primeiro plano. É o povo Sr. Presidente. É o povo, sr. Deputados. Muitos homens públicos, integrantes defensores do regime democrático, podem muito bem, a sombra das ditaduras, sobreviver. Como já sobreviveram alguns. Como já sobreviveriam outros, se amanhã a desgraça se abatesse sobre nós. O povo, não! O povo amargaria todos os infortúnios. Em nome da segurança nacional os esboços da política seriam jogados contra o povo. Em nome da ordem, as greves seriam rejeitadas; as reivindicações salariais seriam condicionadas à política econômica, pouco importando o reclamo das necessidades da vida; os camponeses voltariam ao elto e os seus protestos, que estão aprendendo a formular, seriam sufocados em nome da tranquilidade social; e os estudantes, vanguarderos desse amanhã que sonhamos, teriam o direito à cultura na medida em que, alienada, ela serve à ordem social vigente, por mais que a consciência lhes gritasse a brutalidade das injustiças defendidas! O povo, não. O povo sabe que as liberdades públicas estão cimentando os negratos de sua ascensão! E onde as nossas vozes, dos homens engajados nas lutas populares, poderiam ser ouvidas? Elas que hoje, de rincão em rincão, vão despertando o povo para a compreensão das verdadeiras causas de sua miséria?! Fez dois anos, sr. Presidente, esta Casa vivia momentos dramáticos. Foi quase ontem; mas a velocidade dos acontecimentos políticos em nosso País dá-nos a impressão de que faz um século. Surpreendendo a todos, tanto mais quanto estava no auge do poder político, o sr. Jânio Quadros renunciou a Presidência da República. Era o desfecho inesperado de "cr-se da mala", a que alguns do que pela análise do documento em que nos dava as razões da renúncia, entendi, imediatamente, uma melhor que adivinhei, o objetivo oculto daquela estranha deliberação. Foi, aliás, o nobre Deputado Pedro Aleixo, tempos depois; quem me chamou a atenção para o discurso que pronunciou naquela data, cinco minutos após a leitura da carta de renúncia, e no qual eu denunciava à Câmara dos Deputados a trama, que a renúncia escondia, do sr. Jânio Quadros, ser recolado no poder, mas na plenitude de um poder absoluto. (Muito bem). Ora, Sr. Presidente, a renúncia é um ato unilateral de vontade. De imediato, portanto, tornou-se vago o cargo de Presidente da República. De acordo com a Constituição Federal cabia ao Vice-Presidente assumir a Presidência da República. Vale dizer que, respeitada a ordem constitucional, o País já tinha o seu Presidente na pessoa do dr. João Goulart, Mas, não foi o que ocorreu. Os três ministros militares arvoraram-se em tutores da nação. Era Ministro da Guerra o Marechal Odílio Denys; era Ministro da Marinha o Vice-Almirante Sílvio Heck; era Ministro da Aeronáutica o Brigadeiro Grum Moss. O povo sequer lhes conhecia os nomes; o povo não lhes havia delegado poderes; mas esses militares resolveram falar em nome do povo, como supremos intérpretes da nação. E declararam que o sr. João Goulart não poderia tomar posse. Rasgaram a Constituição a pretexto de defendê-la. E em nome da segurança nacional, impuseram ao presidente esbulhado a pena do degrêdo, declarando que era contrário ao interesse nacional o seu retorno ao País... Tudo isto — lembram-se, todos? — foi comunicado oficialmente a esta Casa. E essa comunicação nos foi feita, em ofício lacônico, pelo Presidente da Câmara Federal; então no exercício da Presidência da República o Deputado Ranieri Mazzilli. Naqueles dias tudo nos apontava o desfiladeiro do golpe. A sobrevivência institucional

(tinha as suas horas contadas, ao que tudo indicava. Recordo-me, como se ainda vivesse aqueles instantes, da reunião histórica com os ministros militares e as lideranças partidárias na Câmara e no Senado, realizada no gabinete do Presidente Mazzilli, no Palácio planalto. Ao seu término, indaguei ao Deputado Herbert Levy, presidente da União Democrática Nacional, que rumos entrevia, que atitude a adotar para a preservação da legalidade. E a resposta veio tranquila, se é que era tranquilidade aquilo, que não via outra saída, senão a declaração do impedimento do Presidente João Goulart. Essa era a trama das cúpulas políticas. Mas já fora estava o povo. Lá no Rio Grande, um homem tantas vezes agredido como inimigo do regime democrático, o Governador Leonel Brizola, conclamou à resistência e os gaúchos, em pé de guerra as ruas. A resistência popular, viva, sensibilizaram a consciência nacional. Toda a nação acordou. Rebelaram-se sargentos quebrando a segurança hierárquica dos comandos reacionários. Greves operárias, algumas de âmbito nacional, atemorizaram as elites quanto aos rumos da crise. A juventude estudantil veio para as ruas. A resistência popular, surpreendendo a todos nós, esprou-se de norte a sul, numa demonstração de naturalidade política impressionante! Tanto maior, sr. Deputados, quanto e certo que os seus representantes nesta Casa não estiveram à altura daquele momento... E tenho como certo que outra, qualitativamente outra, seria a página da História que estaríamos a revolver se o Presidente João Goulart, em vez de haver aceitado a instituição do sistema parlamentar, transgredido com os setores reacionários, houvesse constituído o seu Ministério, e marchado desde as pampas até Brasília. A opção conciliatória de S. Excia. naqueles dias tem sido louvada muitas vezes em nome da tranquilidade nacional. Eu a respeito. Mas não deixo de assinalar que essa tranquilidade, nem ontem, nem hoje, nunca existiu para o povo que vive na miséria e que morre esmagado pelas injustiças sociais. A lição que eu quero extrair daqueles acontecimentos é que os ministros militares não puderam consumir o golpe de estado, não lograram impedir que o Presidente João Goulart tomasse posse, embora em sistema de governo diverso. E por quê? Porque o povo está presente no processo político brasileiro. Esse é o dado novo da realidade brasileira. Não compreendo mesmo a inquietação de alguns... Há de ser o zelo pelo regime democrático, que ele o tem extremado, o que justifica a preocupação do nobre Deputado Aduato Cardoso. Porque, feita uma análise mais séria, nada, absolutamente nada, nos faz crer na possibilidade da ruptura da legalidade democrática. Seria infundado, sr. Presidente? Mas, ainda uma vez permitam-me repetir: os trabalhadores aprenderam que, garantidas as liberdades públicas, as suas conquistas sociais não apenas serão mantidas como também serão ampliadas. Ninguém, portanto, contará com os trabalhadores para um golpe de estado, para de onde partir. (Muito bem) A reforma agrária está na pauta das discussões. Imaginem V. Exccências que ela se transformou em tema político porque alguns homens públicos resolveram desfalcar-lhe a bandeira? Não. É precisamente o oposto: é porque o problema social do campo, de tal modo se tornou agudo; é porque os camponeses começam a compreender, que são vítimas da exploração e passam a se organizar nas Ligas e nos Sindicatos; é porque a ocupação (e terras se multiplicam no nordeste, em Goiás, no Estado do Rio, no Rio Grande do Sul; porque tudo isso está ocorrendo é que o problema agrário deixou de ser apenas um fato social para se transformar no mais candente, deba-

te político. Há cerca de quinze anos o saudoso Deputado Coutinho Cavalcanti apresentava o seu projeto de reforma agrária. Há de ter sido, mais ou menos, da mesma época o projeto do Deputado Nestor Duarte. Mas as correntes políticas não se detiveram no debate da matéria. O problema social era o mesmo; mas, ainda, não se havia erigido em tema político. Ainda há pouco falava o Deputado Padre Vidigal, D. S. Excc. a., que o barril de pólvora, a que comparem o problema agrário, é simples traque de São João, sem qualquer periculosidade. A não ser que sua Excia., retardatariamente, queira estar uma homenagem a São João, não vejo sentido em sua imagem... Porque o campo, em suas agitações sociais, é barril de pólvora mesmo. Permitam-me algumas observações que decorrem da narrativa do sr. fatos. Não faz muito, no Estado do Rio, em determinada região que a memória não registrou, os camponeses prenderam um grileiro que os explorava, submeteram-no a tribunal formado por eles próprios e condenaram-no à morte. O grileiro pediu clemência e a penalidade máxima foi comutada em pena de degrêdo: não poderia o grileiro voltar aquela região. O que é isto, sr. Presidente, senão o embrião de um poder popular? O que é isto, realmente, senão um ato revolucionário? Em Pernambuco, também em época recente, os camponeses prenderam um capitão, narraram-lhe as mãos e os pés, e o levaram prisioneiro até o centro da cidade. No logarejo defrontaram-se com o Prefeito, o Delegado, o Juiz e o Pároco. Todos lhes pediram libertação do preso. Não lhes parece, senhores Deputados, surpreender o encontro entre dois poderes: o poder popular que está nascendo e o poder institucionalmente reconhecido? O que é isto, sr. Presidente, senão um dado de maior significação nas lutas populares no Brasil? Quando Ministro do Trabalho eu visitei Recife. No Palácio do Governo eu reuni oitenta senhores de engenho e usineiros para discutir com eles o pagamento do salário-mínimo e do 13º salário, a que faziam jus os trabalhadores rurais. Confesso-lhes: que fio um dos instantes mais intensos que já terei vivido. Os debates constituiram um verdadeiro corte vertical na sociedade. Eu a enxergava por dentro, em toda a dramaticidade das forças sociais em choque e que supera de muito a vontade dos indivíduos. Não importava saber o grau de honestidade de cada um. Lembrou-me de um que se emocionou até às lágrimas ao prever o esmagamento de sua classe. Pareciam-me despojados do velho orgulho da aristocracia rural. Confessaram-me o não cumprimento da lei; declararam que não tinham condições de pagar. Alegavam, como justificativa das dificuldades econômicas, a baixa produtividade da terra, o obsoleto dos equipamentos das usinas, o baixo índice de sucrose da cana-de-açúcar, de tudo isso resultando a escassa rentabilidade da empresa. Serão, talvez, discutíveis os elementos que me forneceram. Mas, o que me parece claro, por detrás daqueles argumentos, é que a estrutura agrária do nordeste já não permite aquela classe, outrora poderosa e prepotente, avançar tranquilamente as pressões sociais lhes mordam os calcaneares. Será uma frase de efeito, sr. Presidente? Não. Digo-a com sinceridade. Guardai bem vivos aqueles instantes. Foi uma lição para mim o debate com os usineiros, mais rica do que a que terei aprendido em muitas leituras. Estava presente no encontro o Governador Miguel Arraes. Um senhor de engenho dirigindo-se a S. Excc. revelou que há dezesseis dias não tinha acesso à sua propriedade, virtualmente ocupada pelos camponeses... O Governador, ponderando que não recebera qualquer da-

núncia nesse sentido, desde logo assegurou todas as garantias ao proprietário. Mas de que elas valiam? Foi a angustiosa reposta do senhor de engenho. E arrematou: um tiro bastará para abater-me...

Destes fatos estão ocorrendo no Brasil. E diz o Deputado Padre Vidigal que tudo não passa de um traque de São João. Não acho isso, Sr. Presidente. Estamos vivendo um momento difícil da vida nacional. Estamos numa encruzilhada. O problema agrário não é fantaria; é o nó górdio da problemática brasileira. Por que não enfrentá-lo lucidamente? Por que a intransigência há de permitir que ele se transforme amanhã em lutas sangrentas? A verdade dolorosa, no entanto, é que até agora esta Casa não conseguiu votar a reforma agrária que o povo reclama, em nome do desenvolvimento econômico do País em nome da ampliação do mercado interno consumidor, em nome da justiça social, em nome das eleições realmente livres, transformando em cidadãos conscientes esses pobres homens hoje reduzidos a párias ou a xerimbabos.

O Sr. Padre Vidigal — Nobre Deputado, agradeço a V. Ex.^a a lembrança que já teve, por duas vezes, de citar-me no belo discurso que está pronunciando na tarde de hoje, sob este silêncio e encantamento de toda a Casa, que sempre o aprecia. Quando V. Ex.^a faz referência ao que aqui aliud, quero despertar sua lembrança para o seguinte: ao ensejo do meu aparte, eu recordava que aqui nesta Casa muito se explora o Nordeste, e Pernambuco era apontado como sendo um barril de pólvora. Lá, as Ligas Camponesas faziam alarde da necessidade de uma reforma agrária e por centenas de vezes elas apareceram nos debates deste plenário como sendo a interpretação do sentimento de um povo. Então eu relembrava a surra tremenda que o Governador Miguel Arraes e as Ligas Camponesas estão sofrendo em Pernambuco, nestas últimas eleições, sobretudo no Município de Jaboatão, conhecido como "moscouzinho", e mesmo em Recife, onde o seu candidato ora avança um pouquinho, ora perde terreno para o seu opositor, no resultado das urnas até agora apuradas. E cheguei à conclusão de aquele famoso e explorado barril de pólvora de Pernambuco não passava de um estopim vaguinho — foi isso que a Taquígrafia recolheu — ou então uma bombinha de São João com efeito retardado, para a próxima noite de São Bartolomeu. Sr. Deputado, do mesmo modo dizia eu, num outro aparte, que, realmente, o resultado dessa eleição de Pernambuco vem retratar que lá no Nordeste a coisa não era assim como se explorava nesta Casa, e citava o exemplo da Paraíba, onde as Ligas Camponesas também estão sendo derrotadas. A propósito da Paraíba, ontem, colocando fraternalmente a mão nos ombros do Sr. Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, censurava — pelo fato de ele levar o Sr. Juscelino Kubitschek até lá, para fins eleitorais da candidatura patrocinada pelas Ligas Camponesas, expondo S. Ex.^a ao fracasso de ver, mesmo com o seu auxílio, o candidato que ele apoiou, derrotado nas urnas. Devo concluir o meu aparte e não prolongar a minha permanência diante deste microfone, a fim de que a Casa continue ouvindo V. Ex.^a com o encantamento de sempre.

O SR. ALMIRNO AFONSO — Mesmo porque V. Ex.^a reitera o que já está registrado...

O Sr. Padre Vidigal — Mas registrou também o que disse o nosso prezado e distíntissimo colega Medeiros Neto, quando acentuava, em aparte

ao meu discurso na reunião do Partido Social Democrático, essa infiltração comunista em sindicatos rurais das Alagoas e dizia que metralhadoras tchecas, novinhas...

O Sr. Abraão Moura — Em Alagoas, não.

O Sr. Padre Vidigal — Medeiros Neto depois terá a palavra.

O Sr. Abraão Moura — Pode ser do Governador contra os sindicatos rurais.

O Sr. Padre Vidigal — ... foram encontradas no meio dos sindicatos rurais do interior do seu Estado.

O SR. ALMIRNO AFONSO — Como todos ouviram, o Deputado Padre Vidigal limitou-se a repetir o que havia dito em seus apartes a outro discurso...

O Sr. Padre Vidigal — Vim confirmar os termos exatos do meu pensamento.

O SR. ALMIRNO AFONSO — Que eu não havia deformado. Aludira, apenas, à imagem que V. Ex.^a usara. É verdade que eu chamei de traque o que V. Ex.^a designara como bombinha de São João... Não veja, porém, nisso, nenhum demérito para a sua bombinha; é que na minha terra chama-se traque mesmo.

O Sr. Padre Vidigal — Então, o que houve em Pernambuco foi um traque. Somente um traque. Nada mais.

O SR. ALMIRNO AFONSO — Não me deterei na discussão sobre os resultados das eleições em Pernambuco. O balanço das forças sociais em choque quase nunca se expressa em termos eleitorais. Sobre tudo num país, como o nosso, em que há vinte milhões de analfabetos, precisamente nas camadas sociais mais necessitadas, à margem do processo eleitoral. Além do mais, as modernas técnicas de propaganda fazem milagres, se é que se pode chamar de milagre a violentação da consciência popular. Mas, esse tema me levaria a rumos diferentes dos objetivados neste discurso. Retomo, portanto, Sr. Presidente, o fio da meada. Esta Casa ouviu, ainda há pouco, a palavra do Deputado Adauto Cardoso, eminente líder da União Democrática Nacional, em defesa das instituições democráticas. Não é menos enérgica a palavra do Partido Trabalhista Brasileiro: nós estaremos sempre, ao lado do povo, na vanguarda dos que defendem a manutenção do regime democrático. (Muito bem). Temos a convicção de que esta é a tarefa política mais importante que os trabalhistas têm a desempenhar neste momento. Não raro ouvimos acusações ao povo, responsabilizado pelas agitações... Os trabalhadores, sobretudo, a cada instante são acusados de tumultuarem a vida nacional. Não os acusem, hipocritamente, classificando de subversivas as reivindicações sociais que postulam. Não construíam barragens à caudal que avançam. Mesmo porque se amanhã, apavorados diante da crescente maturidade popular, temerosos de virem a perder seus privilégios, as elites dirigentes recorrerem ao regime discricionário, como forma de afastar o povo do processo político não restará ao povo outra alternativa senão o arrebanamento dos diques. Ninguém jamais deteve, nem deterá, impunemente, a marcha do povo. A defesa que fazemos do regime democrático obriga-nos a acentuar que a democracia não se esgota em seus aspectos formais. Muitos se limitam a vê-la em sua dinâmica processual. Consideram na realizada porque as eleições têm sido respeitadas. E descrembem na vitória de um conservador a prova de que o povo está tranquilo e feliz com a ordem vigente!

Como se fudem tanto! Essa ilusão, sim, é que pode levar a perder a democracia. Eu peço à Casa que atente bem: não há democracia que sobreviva sem sustentação popular; e o povo não sustenta regime algum que não lhe resolva os problemas essenciais de vida. Estará, por acaso, o regime democrático resolvendo os problemas de vida do povo brasileiro? Não faz muito, eu viajava de São Paulo a Bauri. Ao longo da estrada, eu ia encontrando os trabalhadores rurais que voltavam da faina do dia. E lhes perguntava, parando o carro aqui, parando acolá, o salário que percebiam. Confesso-lhes que me escandalizei: — recebiam o salário de Cr\$ 200,00 diários, o que somava, em média, Cr\$ 5.000,00 por mês, descontados domingos e feriados. Estive na região do Vale do Paraíba, semana passada. Em Taubaté, por exemplo os trabalhadores rurais ganham Cr\$ 100,00 por dia! E dizer que isto ocorre em São Paulo é fácil imaginar o salário de fome que se paga no Nordeste, nos estados mais pobres como o Piauí, como Alagoas, como Sergipe... E ainda há quem tenha a consciência tranquila! As tensões sociais no campo? Ora, tudo não passa de uma bombinha de São João! Sejam destruído a democracia, não com a trama golpista que pudesse estar sendo urdida no Palácio da Alvorada, mas precisamente com o golpe nas esperanças do povo! Eu indago a cada um dos colegas qu' se elegeram há pouco se já não sentem envelhecido o Parlamento... Onde o impulso inovador dos representantes do povo? Ou será que a nossa inércia traduz a satisfação popular? Parece que já vivemos todas as lutas, que todas as trincheiras já foram salgadas, que já não temos o que fazer nesta Casa... Como pode uma democracia ter vida longa quando o Congresso Nacional inerte, não realiza a obra que o povo reclama? Na escala do poder, Senhor Presidente, não há espaços vazios; se nós não usamos os poderes que o povo nos conferiu, não tardará o instante em que seja alguém que se sinta com autoridade para falar em nome do povo.

O Sr. Wilson Roriz — Realmente diz V. Ex.^a que talvez os Deputados novos aqui chegados já estejam desencantados, decrépitos nesta convicção parlamentar em que tão pouca coisa se tem resolvido.

O SR. ALMIRNO AFONSO — Não me refiro a qualquer Deputado, individualmente tomado. Aludo ao Parlamento como instituição. E isto é o mais grave.

O Sr. Wilson Roriz — Quero dizer a V. Ex.^a se me permite continuar no aparte, que realmente aos que aqui chegamos causa estranheza que, vindo todos nós de um mesmo pleito, estejam apenas Vv. Exas. representando o povo em suas ansiedades e nós, que momentaneamente defendemos princípios diferentes, possamos ser jogados na vala comum da decrepitude. Então perguntamos a V. Ex.^a: esta Casa é decrépita porque não se vota aquilo que talvez seja o desejo da sua minoria ou esta Casa é o espetáculo de tolerância democrática, à espera de que a minoria continue a agitar o problema, que compreendemos urgente, mas talvez não tenha a amplitude que lhe dá o brilho e a inteligência de V. Ex.^a porque trás atrás de si, vamos proclamá-lo, todos os foguetes governamentais a intensificá-lo, demonstrando não ser uma reivindicação popular, e, sim, e caracteristicamente uma reivindicação governamental?

O SR. ALMIRNO AFONSO — Não há cerejeira maior do que a de quem não quer enxergar. V. Ex.^a, nobre

Deputado Wilson Roriz, é homem do nordeste. Não faz sentido que eu lhe descreva a miséria daquela região e a vida de pária dos homens do campo. Tudo isso V. Ex.^a conhece ao vivo. E há de ser V. Ex.^a quem vanha minimizar essa realidade, fazendo-nos crer que tudo não passa de eco dos foguetes publicitários do Governo? Então, é impossível debater com V. Ex.^a.

O Sr. Wilson Roriz — Citou Vossa Excelência o exemplo de São Paulo; não cabe o Nordeste ser invocado nesta hora...

O SR. ALMIRNO AFONSO — E por que não?

O Sr. Wilson Roriz — ... porque sempre foi aqui focalizada a sua miséria permanente. V. Ex.^a trouxe o exemplo de São Paulo, com informações de salários que hoje não se pagam mais no Nordeste.

O SR. ALMIRNO AFONSO — Pagam.

O Sr. Wilson Roriz — Saiba Vossa Excelência que, para colher uma arroba de algodão, que custa Cr\$ 1.000,00, todo nordestino recebe 250 a 300 cruzeiros. E quase ninguém quer colher. Este o real panorama do Nordeste, nobre Deputado. V. Ex.^a para enfeitar seu brilhante discurso, que a Casa ouve realmente com atenção e respeito, cita exemplo de São Paulo, não do Nordeste. O Nordeste sofre empobrecimento permanente, pelo abandono constante dos governos. O problema é eminentemente social. Se V. Ex.^a verificar os salários da indústria, não encontrará situação diferente. E não vejo aqui tanta luta pela reforma industrial.

O SR. ALMIRNO AFONSO — Em primeiro lugar, não se confunda um depoimento sério com enfeites... Não vejo como enfeitar a desgraça desses trabalhadores que recebem salários de fome. O que lhes diz sobre os salários pagos em determinadas regiões de São Paulo apenas ilustra a miséria do campo. É verdade que não me havia detido no problema salarial do Nordeste. V. Ex.^a tem razões para conhecê-lo melhor do que eu; mas verifico, lamentavelmente, que não o conhece. Em Pernambuco, o salário é de Cr\$ 4.000,00 a Cr\$ 4.500,00 por mês. Quer exploração maior? Isto eu constatei quando Ministro do Trabalho. Isto foi confessado a mim pelos próprios senhores de engenho. Não imagine V. Ex.^a que o fato de não sermos nordestinos impede nos de conhecer os problemas da região. Em segundo lugar, nobre Deputado Wilson Roriz, não coloque o debate em termos de punidor regional. A característica dos países subdesenvolvidos é a diferença de nível de desenvolvimento entre as diversas regiões de um mesmo País. É essa, sabidamente, uma das consequências do subdesenvolvimento. O problema, portanto, não é específico do extremo-norte, da minha Amozônia atrasada; nem é do Nordeste em especial. O problema é nacional. E cabe a todos nós, como representantes do povo, reconhecê-lo e enfrentá-lo em suas causas mais profundas, sem a estreiteza de brics feridos...

O Sr. Última de Carvalho — Eminente líder Almirno Afonso, lastimo não comunhar da cp.n. de determinados companheiros quando dizem que não há uma insatisfação generalizada no País e que os trabalhadores rurais não estão angustiados. Os trabalhadores brasileiros vivem escravizados a muitos proprietários de terra que não lhes retribuem o serviço com a remuneração devida. Faço, porém, justiça a muitos senhores de terra que oferecem aos seus trabalhadores um padrão de vida compatível com suas necessidades. Mas, eminente líder Al-

mino Afonso, lastimo também não comungar com V. Exa., quando atribui a esta Casa a culpa, dessa insatisfação e dessa miséria que reina em todo o Brasil, pelo não pagamento ao trabalhador rural do salário mínimo a que tem direito. Esta Casa, em ocasião oportuna, ofereceu ao Poder Executivo projeto que foi transformado em lei, cujo prazo de regulamentação já está esgotado e que até hoje não mereceu a consideração daqueles sobre cujos ombros pesa essa responsabilidade. Há poucos dias, fui à minha terra, a cidade de Rio Pomba, onde possuo uma propriedade agrícola. Tenho três trabalhadores agrícolas. Mandei esses operários buscarem suas cadernetas em Juiz de Fora, não para receberem salário mínimo porque o que eles estão auferindo é superior ao salário mínimo estabelecido, mas para que tivessem aquele direito e servissem de exemplo, na minha cidade, a todos os outros trabalhadores. E, Deputado Almino Afonso, voltarão de mãos vazias de Juiz de Fora, porque a repartição trabalhista disse não ter condições de fornecer ao trabalhador do campo suas carteiras. A lei existe. A regulamentação não existe. E a regulamentação não depende desta Casa, mas de outras pessoas que V. Exa. muito bem conhece.

O SR. ALMINO AFONSO — Assseguro a V. Exa. que o Estatuto do Trabalhador Rural, a que V. Exa. se refere, foi regulamentado no que diz respeito à sindicalização rural, tendo sido criada, inclusive, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural e no que se refere à previdência social os estudos foram ultimados e eu deixei pronta a exposição de motivos, ao Sr. Presidente da República, apresentando o decreto que a regulamentação do Trabalho série, realizado por uma comissão da maior categoria técnica. Não me descurei, portanto, desses deveres, quando estive como Ministro do Trabalho. Mas, é uma pena, Deputado Último de Carvalho, que nos permitimos aos debates sobre problemas

formais: não excite a regulamentação de tal lei; a carteira profissional não foi expedida; logo os proprietários não são responsáveis. Aliás, eu não me detenho no julgamento da responsabilidade pessoal dos proprietários. Estrutura, que os condiciona. E a bem da verdade, o Ministério do Trabalho não está aparelhado em condições de fazer cumprir o Estatuto do Trabalhador Rural...

O Sr. Último de Carvalho — Então a culpa é do Poder Executivo. Devem todos ir para Casa.

O SR. ALMINO AFONSO — Não há diferença fundamental entre Poder Executivo e Poder Legislativo. Somos todos partes das elites dirigentes. Enquanto não nos apercebermos disto, nossas discussões serão apenas um jogo floral... Acusaremos o Poder Executivo; e o Poder Executivo responsabilizará o Poder Legislativo. Mas lá fora, indiferente a esse debate, o povo o povo continuará esquecido e a solução dos seus problemas procrastinada. Recuso-me a discutir com V. Exa. nesses termos; e os que continuarem nesse estilo de ação política serão os responsáveis, amanhã, pela sepultura que hoje estão cavando para as instituições. Se as elites não se apercebem disto, Sr. Presidente, é porque são veigas, caólicas, capengas.

Concluo, que já me alongo demasiado. Em nome do Partido Trabalhista, declaro não haver razões para a inquietação expressa nas palavras do Deputado Adauto Cardoso. A Concentração do Rio, amanhã, é pacífica e objetiva homenagear a memória de Getúlio Vargas. É inalterável a nossa linha de conduta. Continuaremos na estacada, muito conscientes do sentido histórico das liberdades públicas. O que não poderemos tolerar é a distorção do regime; a fraude consagrada; a democracia do empulhamento. Não distinguimos as responsabilidades, maiores ou menores, dos três poderes da República. Os três igualmente respondem pelo *status quo*. Por que o Poder Judiciário haveria de ser excluído? As leis inter-

pretadas de maneira anti-social, generosas quando beneficiam as classes dirigentes e inflexíveis quando ferem o povo, quem lhes dá a vida senão o Poder Judiciário? Já imaginaram como seriam resolvidos os processos de desapropriação de terras, para os fins da reforma agrária, se admitíssemos a prevalência do art. 141, § 16 da Constituição Federal? O interesse social seria postergado e tais somas seriam necessárias para as indenizações que a reforma agrária se transformaria num negócio agrário...

O Sr. Padre Vidigal — V. Exa. concede um aparte?

O SR. ALMINO AFONSO — Vossa Excelência me apaeteia quando começava a perorar. Mas tenho o prazer de ouvi-lo. Há de enriquecer minha oração.

O Sr. Padre Vidigal — Quero render minha homenagem, não ao prezado colega Almino Afonso, mas ao Ministro Almino Afonso que, passando pelo Ministério do Trabalho — minha independência mental me força a declarar — honrou aquela Casa. Quando V. Exa. se refere a essa necessidade de prestar serviços à democracia, resolvendo esses problemas ligados às questões sociais, apraz-me, com a independência que sempre me caracterizou e que V. Exa. não ignora, lamentar que V. Exa., que levou a moralidade e a moralização para aquele Ministério, lá não pudesse continuar a sua obra real mente moralizadora, objetivando evitar benefícios de ordem social que realmente esperam da democracia brasileira melhor assistência. (Muito bem). Louvo V. Exa. e, com a diversidade de pontos de vista que às vezes registrei nesta Casa, quero ainda dizer que o Governo brasileiro perdeu um grande Ministro do Trabalho, que realmente se interessava pela sorte do operariado nacional. (Palmas).

O SR. ALMINO AFONSO — Agradeço a V. Exa. a generosa saudação. Creia-me que o faço profunda-

mente sensibilizado. Embora eu sinta o molho de pimenta e que talvez lhe empreste sentido diverso...

O Sr. Padre Vidigal — Não sei porque V. Exa. descobre ne'as outro sentido...

O SR. ALMINO AFONSO — Sou homem do Norte, acostumado à comida apimentada; de forma que descubro de imediato o tempo que Vossa Exa. costuma pôr nos seus apertes... (Riso).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é hora de enfrentarmos com seriedade as tarefas legislativas que nos cabem; é hora de nos lembrarmos de que a democracia é o regime do povo; quer dizer, é o regime que realiza os interesses do povo. Recordo-me de que na legislação passada, na qualidade de líder do PTB, havia assentado com as demais lideranças partidárias meios de facilitar o processo de revisão constitucional, objetivando as reformas de base. Fugiríamos às dificuldades do "quorum" qualificado de 2/3, substituindo-o pela maioria absoluta, sempre que a revisão da Constituição fosse indispensável às reformas que entenderíamos. Parecia-nos necessária essa obra de terraplanagem para que a nova legislação tivesse condições de cumprir suas tarefas políticas. Por acaso desapareceram as razões que nos ditaram esse entendimento, no passado. Os titulares das lideranças são quase todos os mesmos; por que não renovar o acordo. Urge voltar a democracia. Mas, não lograremos fazê-lo com declarações verbais. Ou o povo se sente beneficiário do regime ou o regime, na orfanidade popular, é presa fácil da aventura. O povo desperdiçou Mas isto é um bem e é um mal. Assegura-se o avanço das conquistas sociais; mas também desespera as elites dirigentes. Por isso mesmo pode, em dado instante, a legislação ser um risco para as elites. E seria esse, em verdade, o desfecho maior à democracia brasileira (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).